

# A administração Lula e a possibilidade em ressignificar as relações Brasil-África

---

Anselmo Otavio

## Resumo

O artigo se propõe a refletir sobre a inserção brasileira no continente africano ao longo dos primeiros meses da administração Lula (2023-). Inicialmente serão destacadas, em perspectiva histórica, as principais características que guiaram a relação entre Brasil e continente africano. Posteriormente, serão analisadas as primeiras iniciativas propostas pela administração Lula que, direta ou indiretamente, garantem a maior aproximação entre as partes. Feito isso, espera-se demonstrar que a efetivação e a manutenção das ações até então propostas poderão garantir a ressignificação da importância do continente africano para o Brasil.

## Abstract

This paper proposes to reflect about Brazilian insertion toward African continent throughout the Lula's administration (2023-). Initially, in a historical perspective, it will be highlighted the main characteristics that guide the relationship between Brazil and the African continent. Subsequently, it will be analyzed the initial initiatives of the Lula administration that, in general, guarantee greater approximation between Brazil and Africa. Once this is done, it is expected to demonstrate the

possibility that the new administration has to resignify the importance of the African continent for Brazil.

## 1. Introdução

No *New Global Financing Pact Summit*, ocorrido em Paris entre os dias 22 e 23 de junho de 2023 e voltado para ampliar a cooperação em pontos como combate a pobreza, a mudança climática e aos efeitos nocivos com relação à biodiversidade (FRANCE DIPLOMACY, 2023), um dos episódios marcantes foi o pronunciamento realizado pelo presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. Grosso modo, Ramaphosa expôs o ressentimento dos países africanos com relação às potências ocidentais, sentimento atrelado à pandemia da covid-19, quando em sua fase mais crítica, o que se viu não foi a cooperação, mas sim a concentração de vacinas e a restrição às exportações destas junto aos países desenvolvidos. Em suas palavras, “nos sentíamos como mendigos quando precisávamos de vacinas e os países do hemisfério norte haviam comprado todas, as monopolizavam e não queriam repassá-las no momento em que mais precisávamos” (RAMAPHOSA, 2023, s/p, tradução nossa).

Por um lado, a fala do presidente sul-africano simbolizava o ressentimento já visto pelo Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, em 2021, quando denunciou a existência de um *apartheid* mundial no acesso às vacinas contra a Covid-19. Em tal crítica, vale destacar que, enquanto os países de renda elevada concentravam mais de 45% das vacinas disponíveis, os de renda média e baixa, que, em termos proporcionais, englobam quase metade da população mundial, possuíam apenas 17% do total de vacinas existentes no mundo (REUTERS, 2021). Por outro lado, a crítica a Ramaphosa, direta ou indiretamente, convergia com o chamado Renascimento Africano (*African Renaissance*), nome dado ao ciclo de transformações encontradas no continente africano pós-Guerra Fria que, dentre as principais características, é marcada pela maior integração no continente como forma de resolução dos desafios africanos, bem como

pela busca por um novo processo de inserção internacional (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021).

De fato, enquanto iniciativas como a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), a transição da Organização da Unidade Africana (OUA) para União Africana (UA), o Programa de Infraestrutura para o Desenvolvimento Africano (PIDA), a Agenda 2063 e a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfcFTA, na sigla em inglês) exemplificam a busca por soluções econômicas, políticas e de segurança para o continente africano via integração regional. No que concerne à inserção internacional, além de adotarem posturas críticas com relação a propostas ou ações consideradas prejudiciais ou pouco vantajosas aos países africanos, diversas lideranças africanas voltaram-se a seletividade no que concerne a parcerias com atores extracontinentais, rompendo com interações pautadas no paternalismo ou no assistencialismo, e valorizando a horizontalidade e em benefícios mútuos.

Levando em consideração este dinamismo encontrado no contexto africano, refletido na busca por nova inserção internacional e na maior valorização da integração como solução aos desafios africanos, que o artigo se propõe a refletir sobre a inserção brasileira no continente africano ao longo dos primeiros meses da administração Lula (2023-). Inicialmente serão destacados, em perspectiva histórica, as principais características que guiaram a relação entre Brasil e continente africano. Posteriormente, serão analisados às primeiras iniciativas propostas pela administração Lula que, direta ou indiretamente, garantem a maior aproximação entre as partes. Feito isso, espera-se demonstrar que a efetivação e a manutenção das ações até então propostas poderão garantir a ressignificação da importância do continente africano para o Brasil.

## 2. As relações Brasil-África: algumas considerações

Ao discorrer sobre a política externa brasileira adotada durante os dois governos Lula (2003-2010), Amorim (2010) destacava o interesse brasileiro em fortalecer laços com os países africanos, vide a coo-

peração nos mais diversos campos, a criação de reuniões como o Fórum América do Sul-África (ASA), a realização de visitas oficiais junto aos mais diversos países do continente, dentre outros meios voltados a tal finalidade. Ainda que tais ações pudessem representar certa tendência em fortalecer os laços entre as partes, quando analisado o período anterior, bem como as administrações seguintes, Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), o que se percebe é o contrário, isto é, a tendência dos países africanos a serem colocados em segundo plano na inserção internacional do Brasil.

Conforme é conhecido, a interação entre Brasil e o continente africano possui sua gênese atrelada à colonização portuguesa, refletida na relação triangular envolvendo o Brasil (principal receptor de africanos escravizados); territórios africanos que fazem fronteira com o Atlântico Sul (local de saída da mão de obra escravizada); e Portugal (intermediário entre Brasil e África). Ainda que a diminuição ou término do papel de intermediário envolvendo os lusitanos viesse a ocorrer em séculos posteriores, como visto durante a União Ibérica (1580-1640) – quando o reinado de Portugal foi unificado ao espanhol – e nas primeiras décadas que se seguiram após a independência do Brasil (1822), a relação entre África e Brasil tendeu a se intensificar. Inclusive, vale lembrar que o fortalecimento dos laços pode ser representado tanto pelos Reinos de Benin e Eko, ambos que, antes de qualquer outro país europeu, haviam reconhecido o Brasil como país independente, como também o território de Angola, pertencente a Portugal que, após a independência brasileira, viu surgir movimentos que buscavam não apenas a independência junto a coroa portuguesa, mas sim, integrarem o território angolano ao brasileiro (PENHA, 2011; COSTA E SILVA, 2011).

A partir da segunda metade do século XIX, contudo, o que se viu foi o enfraquecimento e a paralisia na relação entre as partes. Vale ressaltar que, mesmo sendo comum remeter as interações entre Brasil e África ao comércio de africanos escravizados, e indicar que o término deste levou ao fim da interação, em verdade, vale ressaltar o equívoco desta afirmativa, pois séculos de relação entre as partes a fez ser cada vez mais ampla

e diversificada. De fato, além da importância na formação cultural e da sociedade brasileira, a interação brasileira e africana também pode ser encontrada na diversidade comercial envolvendo commodities, tendo por parte do Brasil a venda de açúcar, cachaça, tecidos, carne seca, farinha e feijão; e por parte dos africanos, a venda de arroz, algodão, cera, gengibre, pimenta, resinas, marfim, óleo de amendoim, enxofre e tecidos (PENHA, 2011).

Nesse sentido, é possível relacionar tal declínio a dois fatores que se relacionam. O primeiro diz respeito à divisão do continente africano entre as grandes potências europeias (Conferência de Berlim). Grosso modo, a divisão levou à proibição do comércio entre Brasil e os povos africanos, visto que estes passaram a ser controlados por países como França, Inglaterra, Bélgica e, no caso dos atuais territórios de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a ser mantidos por Portugal. Já o segundo fator encontrava-se preso à visão ocidental que dividia o mundo entre aqueles considerados como avançados (brancos advindos de países da Europa Ocidental) e os atrasados (indivíduos de outras raças, como o negro africano). Dito de outra forma, conforme discutido por Schwarcz e Starling (2015), predominou-se na sociedade brasileira a demonização do negro via aceitação de teorias raciais que hierarquizavam as sociedades, colocando o indivíduo branco como exemplo de superioridade, em detrimento de outras raças (darwinismo social).

Inclusive, vale destacar que nesta política de branqueamento da população brasileira, duas iniciativas relacionadas à inserção internacional do Brasil ganharam relevância. A primeira diz respeito a apresentar ao mundo que o país se tornaria predominantemente branco, vide a participação de João Batista Lacerda, então Diretor do Museu Nacional, no Congresso Universal das Raças, em 1911, onde afirmou que no prazo de 100 anos o país teria uma população majoritariamente branca. Já a segunda iniciativa diz respeito ao incentivo pela migração de europeus no país, tendo a diplomacia papel estratégico para romper com a imagem do Brasil atrelada à escravidão, mas sim como um país aberto e

favorável à recepção do migrante europeu (SCHWARCZ; STARLING, 2015; RICUPERO, 2017).

Evidentemente que a crença de que estar entre os avançados equivalia a romper com o elemento negro acabou por refletir na política externa brasileira, que se manteve voltada a fortalecer laços com potências europeias e Estados Unidos, em detrimento do continente africano. Reflexo disso pode ser encontrado não apenas durante a Primeira República (1889-1930), ou em governos como Getúlio Vargas (1930-1945), Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), marcados pelo interesse em fortalecer laços com as potências ocidentais, mas também em governos que são lembrados pela busca em ampliar as relações internacionais do Brasil.

Exemplo disso pode ser encontrado nas administrações Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), quando a chamada Política Externa Independente (PEI) foi desenvolvida. Favorável à defesa de pontos como o desarmamento, a não intervenção em assuntos internos e a ampliação das relações internacionais do país com o intuito de alcançar novos mercados aos produtos brasileiros, a PEI também foi caracterizada por duas escolhas de certo modo contrastantes acerca do continente africano. No caso, se por um lado, criava embaixadas em Gana, Nigéria, Senegal e Marrocos, por outro lado, mantinha-se reticente em apoiar os processos de independência ocorridos no continente africano (CERVO; BUENO, 2008; MANZUR; 2014).

Durante o regime militar (1964-1985), ainda que missões diplomáticas para países como Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Camarões, África do Sul, República Democrática do Congo, Benin, dentre outros foram realizadas em administrações de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, a política externa brasileira adotava a equidistância no que concerne aos processos de independência das colônias portuguesas, demonstrando a preferência por Portugal. Tal ruptura ocorreria a partir da administração Geisel (1974-1979) e o chamado Pragmatismo Ecumênico e Responsável, quando somado à busca por mercados consumidores dos produtos brasileiros, houve o reconhecimento das inde-

pendências de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e considerou o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) como representante legítimo de Angola (CERVO; BUENO, 2008; VISENTINI; 2011).

Ao indicar o interesse em ampliar os mercados consumidores para os produtos brasileiros, tal desejo demonstrava que a aproximação junto ao continente africano não simbolizava o aceite da importância africana na formação da sociedade e da cultura brasileira, mas sim, porque se enquadrava em um dos principais objetivos da política externa brasileira, qual seja, ser um vetor para o desenvolvimento do país. Grosso modo, vale ressaltar que mesmo sendo marcadas por diversas especificidades, as administrações brasileiras, quando comparadas, apresentam percepções diferentes acerca da relação entre inserção internacional e desenvolvimento. Dito de outra forma, enquanto para alguns governos a busca pelo desenvolvimento era pautada na interação com os EUA; para outros, como visto na PEI e no Pragmatismo Ecumênico e Responsável, o desenvolvimento seria alcançado via expansão das relações internacionais (CERVO; BUENO, 2008; VISENTINI; 2011; RICUPERO, 2017).

A diferença de percepções entre inserção internacional e desenvolvimento também se manteve presente no cenário pós-Guerra Fria e, conseqüentemente, impactou na constituição de uma agenda duradoura voltada aos países africanos. Reflexo disso pode ser encontrado na administração Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que, além de marcada pela crença em um mundo unipolar (com os EUA sendo o principal protagonista) e pela valorização das relações Norte-Sul, quando da interação com o continente africano o que se viu foi o predomínio da seletividade. No caso, tal seletividade pode ser encontrada na participação brasileira junto à UNAVEM III (missão de paz da ONU para Angola), na aproximação de países como África do Sul e Nigéria e, paralelamente a isso, ao fechamento de consulados e embaixadas, como na República Democrática do Congo (RDC), São Tomé e Príncipe (STP), Camarões, Zâmbia, Togo, Tanzânia e Tunísia. Dentre estes, um episódio importante diz respeito à STP, país que faz parte da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), iniciativa protocolada durante a administra-

ção Sarney (1985-1990) e instituída na administração FHC. Neste caso, o não envio de diplomatas para um país membro de uma iniciativa brasileira, simbolizava esta falta de uma agenda duradoura para a África.

Diferentemente desta seletividade, a administração Lula (2003-2010) buscou ampliar a presença brasileira no continente africano e, neste caso, quatro iniciativas governamentais mostraram-se convergentes com tal intuito. As duas primeiras podem ser indicadas como de ordem interna, no caso, a criação de iniciativas voltadas ao reconhecimento da importância socioeconômica e cultural da população africana para o país, destacadamente a Lei 10.639/2003, e a criação das Divisões I, II e III no Ministério das Relações Exteriores. Já as duas seguintes dizem respeito ao âmbito político-diplomático, mais especificamente, ao número de visitas oficiais realizadas no continente africano, pela abertura ou reabertura de embaixadas; e a atuação via cooperação internacional para o desenvolvimento. Em outros termos, enquanto era criado o Fórum América do Sul-África (ASA) e abertas missões diplomáticas em países como RDC, Camarões, Zâmbia, Togo, Tanzânia e Tunísia, iniciativas de cooperação como a capacitação técnica provida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Pró-Savana (cooperação com Moçambique) e o *Cotton 4* (destinado a Benin, Burkina Faso, Chade e Mali e voltado a plantação de algodão), também eram símbolos deste interesse brasileiro pelo continente africano (AMORIM, 2010; VISENTINI, 2013; OTAVIO, 2018).

Após a saída de Lula, o continente africano voltou a perder espaço na agenda brasileira, característica que demonstra a contínua diferença de percepções entre inserção internacional e desenvolvimento, fator refletido na existência de períodos de maior relevância e aproximação, intercalados por períodos de distanciamento e desvalorização na relação entre Brasília e os países africanos. Durante a administração Rouseff, além dos projetos serem diminuídos, a dificuldade em fortalecer os laços com países africanos caminhou lado a lado ao predomínio da crise institucional que levaria ao seu impeachment. Já nas administrações Temer e Bolsonaro, a não manutenção da diplomacia presidencial, que



foi amplamente utilizada pelas administrações Fernando Henrique Cardoso e Lula, somou-se à preferência pelo eixo Norte-Sul. Inclusive, enquanto Temer compareceu apenas uma vez no continente africano, em cúpula dos BRICS, Bolsonaro não realizou nenhuma visita ao continente africano.

### **3. A administração Lula e as tendências nas relações Brasil-África**

**E**mbora os discursos de Lula (no Congresso Nacional, já empossado como presidente) e Mauro Vieira (posse como ministro das Relações Exteriores) fossem marcados por especificidades, é fato que em ambos o continente africano foi apresentado como importante para o país. Dito de outra forma, enquanto o presidente reforçava a importância do fortalecimento dos laços via cooperação (BRASIL; 2023a); o ministro destacava o retorno do continente como prioritário para a política externa brasileira, indicando duas outras dimensões nesta nova fase da interação entre Brasil e África, no caso, a valorização das relações econômicas – expondo sobre o dinamismo econômico simbolizado pela criação da AfCFTA – e a governança global, representada pela necessidade de dialogar, com países e organizações regionais africanas, temas considerados importantes para as partes, como segurança alimentar, mudança climática, relações comerciais, investimentos, dentre outros (VIEIRA; 2023). Passado mais de sete meses de administração, é possível indicar que as três dimensões apresentadas continuam presentes na inserção brasileira no continente africano.

Referente à primeira dimensão, cooperação, conforme exposto pelo presidente Lula da Silva em discurso realizado em 19 de julho em Cabo Verde, o interesse em tal interação encontrará atrelada ao compartilhamento de tecnologias, a atuação na formação de profissionais e especialistas direcionados a atender as demandas do continente africano, e o auxílio nos processos de industrialização e no setor agrícola. Acerca da segunda dimensão, dinamismo econômico, em discurso realizado no

mês de maio, mais especificamente no Seminário “Brasil-África: relançando parcerias”, foi destacado, por exemplo, o desejo de fortalecer os laços comerciais entre as partes, uma vez que, se em 2013 o fluxo comercial aproximava-se de US\$ 30 bilhões, em 2022, esta cifra era de US\$ 21,2 bilhões. Neste mesmo discurso, a terceira dimensão, qual seja, governança global, também se mostrou presente, refletido no apoio brasileiro para a entrada da União Africana e de outros países africanos no G20, no interesse em fortalecer a parceria com o intuito de combater a fome no âmbito global, e o desejo em criar, juntamente com outros países detentores de florestas tropicais, como a RDC e a República do Congo, um grupo internacional direcionado à preservação da biodiversidade e transição energética.

Evidentemente que muitas das iniciativas anteriormente apresentadas já foram vistas em momentos anteriores na relação entre Brasil e África, logo, esta nova fase poderia simbolizar mais uma expressão relacionada à diferença de percepções entre inserção internacional e desenvolvimento que, historicamente, acompanha as administrações brasileiras. Inclusive, ainda que novidade, o próprio interesse pela aproximação junto a países que possuem florestas tropicais poderia ser atrelado ao objetivo do governo brasileiro em elevar o país ao protagonismo nas discussões sobre meio ambiente, sinalizando que a busca pela maior presença no continente africano, em verdade, é parte de uma nova estratégia de inserção internacional do Brasil, focada no processo de ampliação das relações internacionais.

Entretanto, seja no discurso proferido em Cabo Verde, seja no realizado no Seminário Brasil-África: relançando parcerias, uma quarta dimensão mostrou-se presente e, no geral, sinaliza mudanças na percepção do continente africano, qual seja, a gratidão pela importância da África na formação da sociedade e cultura brasileira e a compensação aos séculos de exploração perpetrados aos africanos. Em Cabo Verde, por exemplo, ainda que o discurso tenha sido reduzido, ao menos para grande mídia, ao equívoco exposto na afirmativa de certa gratidão a escravidão, em verdade, sua importância e complexidade são notáveis,

visto que destacava a necessidade em compensar o continente por todas as mazelas sofridas ao longo de séculos de exploração e a gratidão aos africanos por sua importante participação na formação do Brasil (BRASIL; 2023b). Inclusive, esta quarta dimensão já havia sido encontrada no Seminário, onde, em suas palavras, “[r]eafirmamos nosso profundo orgulho do papel central do continente na identidade nacional. Reconhecer o valor de nossas raízes africanas passa por celebrar a contribuição da África em nossa cultura [...]” (BRASIL; 2023c; s/p).

Por um lado, ao reforçar a compensação e a gratidão aos povos africanos para a formação da sociedade e cultura brasileira, a administração Lula tende a ressignificar a cooperação, às articulações para temas que envolvem Brasil e África na governança global, o comércio entre as partes, enfim, a própria relação entre Brasil e o continente africano. Em outros termos, iniciativas como as anteriormente apresentadas, somam-se ao desejo em abrir novas embaixadas, de realizar um encontro com ministros da agricultura de países africanos, de intensificar o engajamento brasileiro no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), dentre outras ações que, no geral, são exemplos que distanciam a administração Lula da tendência vista em governos anteriores (BRASIL; 2023b; 2023c). Por outro lado, esta ressignificação se enquadra em um dos objetivos dos países africanos encontrados no Renascimento Africano.

Amplamente defendido por Thabo Mbeki, presidente da África do Sul entre 1999 e 2008, como visto no discurso proferido na Universidade das Nações Unidas em 1998, e intitulado de *The African Renaissance, South Africa and the World*, o Renascimento Africano pode ser compreendido como uma doutrina política e econômica, resultado de um conjunto de dinâmicas externas e internas que, a partir do final da década de 1990, mostraram-se favoráveis ao continente africano e a ruptura com o Afro-pessimismo (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021). Em termos ilustrativos, enquanto no âmbito externo havia o maior interesse de potências tradicionais, vide EUA com a aprovação da *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), lei voltada à maior interação entre Washington e países da África Subsaariana (BANJO, 2010), e emergentes, destacada-

mente a China com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC); no cenário interno, o continente era marcado pelo crescimento econômico, pelo fim ou isolamento de regimes autoritários, o declínio no número de guerras, dentre outros acontecimentos que passavam a representar diversas mudanças na África (OTAVIO, 2018).

Convergindo com o Pan-africanismo, o Renascimento Africano valoriza pontos que se mostram cada vez mais presentes no continente ao longo do século atual, no caso, a solidariedade africana e a busca em demonstrar a importância do continente para a humanidade (MBEKI 1998; OTAVIO 2018).<sup>1</sup> Referente ao primeiro ponto, destaque o fato de ter sido fundamental nos processos de independência ao longo da segunda metade do século XX, a solidariedade africana no pós-Guerra Fria manteve-se como importante meio para que os países, em conjunto, encontrassem soluções para desafios que assolavam o continente (ADEBAJO, 2013). Reflexo disso pode ser visto nas diversas iniciativas e projetos que refletem a integração continental, como a NEPAD, a transição da OUA para UA, a PIDA, a Agenda 2063 e, mais recentemente, a AfCFTA. No que diz respeito à demonstração da África como importante para a humanidade, iniciativas como o resgate da história africana anterior à dominação europeia – refletida na apresentação de um continente marcado por grandes obras arquitetônicas, por impérios e civilizações -, e a diversidade cultural existente no continente que influenciou sociedades e culturas por todo o mundo, são reflexos deste segundo ponto do Renascimento Africano.

De modo geral, tais pontos trazem como finalidade romper com o Afro-pessimismo, distanciando o continente de interações pautadas no paternalismo ou no assistencialismo, mas sim valorizando relações

---

1 Por Pan-Africanismo, pode-se entender como um "movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano" (ESEDEBE, 1980 apud ASANTE; CHANAIWA, 2010, p. 873).

baseadas na horizontalidade e em benefícios mútuos. Nesse sentido, ao menos neste início de gestão, o governo Lula vem demonstrando sintonia com os interesses africanos, inclusive, ao demonstrar o quanto os processos de integração vistos no continente podem servir de exemplos para a América do Sul, ao interesse de envolver as Nações Unidas num processo focado na garantia de justiça social no âmbito global; ao valorizar cada vez mais a chamada Década Internacional de Afrodescendentes, a administração atual vem apresentando outra perspectiva sobre o continente, diferenciando das anteriores.

#### 4. Considerações Finais

**E**m evento ocorrido nos Estados Unidos, o ex-presidente Bolsonaro criticou a agenda da administração Lula para o continente africano, expondo que o Brasil deveria concentrar sua atuação, naqueles países que, em suas palavras, “podem nos oferecer alguma coisa” (UOL, 2023, s/p). Por um lado, a fala do ex-presidente menospreza o dinamismo existente em um continente que ao longo das primeiras décadas do século atual é marcado pelo crescimento econômico, pelo acelerado processo de integração regional, pela intensificação em seus processos de integração, vide apresentado pela Agenda 2063, plano que dentre os principais objetivos, destacam a busca por maior protagonismo do continente na governança global (OLIVEIRA; OTAVIO, 2021). Por outro lado, a desvalorização com relação aos países africanos, também já foi encontrada em diversas administrações brasileiras, fator que reafirma o quanto a relação Brasil-África é afetada não pelos desafios e transformações vistos no continente africano, mas fundamentalmente, pela percepção dos governantes brasileiros acerca da África.

Nesse sentido, as realizações de visitas oficiais no continente africano agendadas para este segundo semestre de 2023, bem como as iniciativas anteriormente apresentadas neste artigo, além de representarem a efetividade do interesse brasileiro pelo fortalecimento dos laços com os países africanos, trazem a possibilidade de ressignificar a importância

desta relação para o Brasil. Inclusive, vale ressaltar que, embora o cenário interno seja marcado pela reconstrução da política externa brasileira, a administração Lula também se encontra imbuída em conjuntura marcada por 20 anos da Lei 10.639/03, iniciativa criada durante sua primeira presidência que, desde então, proporcionou o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira, a história da África e dos africanos e a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra. Logo, além de se enquadrar em um dos pontos do Renascimento Africano, no caso, de demonstração da importância africana para a humanidade, tal lei também vem garantindo ao povo brasileiro a possibilidade de compreender a si mesmo, como resultado do encontro entre diversas culturas, das quais o continente africano mostrou-se fundamental.

## Referências

ADEBAJO, A. **The Curse of Berlin: Africa after the Cold War**. Oxford: Oxford University, 2013.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 53. Special number. p. 214-240. 2010.

ASANTE, S.K.B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 873-896.

BANJO, A. U.S. development diplomacy in Africa: from Bill Clinton to George W. Bush. **African Journal of Political Science and International Relations**, s/l, v. 4, n. 4, p. 140-149, 2010

BRASIL. **Lei 10.639 de janeiro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) Acesso em 12 ago. 2023

BRASIL. Presidente (2023; Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do presidente Lula no Congresso Nacional**. Brasília: 2023a. Disponível em: <https://shre.ink/aisP> Acesso em 03 ago. 2023

BRASIL. Presidente (2023; Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após encontro com o presidente de Cabo Verde, José Maria Neves**. Praia: 2023b. Disponível em <https://shre.ink/aiEY> Acesso em 12 ago. 2023

BRASIL. Presidente (2023; Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do presidente da República em razão do Dia da África**. Brasília: 2023c. Disponível em <https://shre.ink/aiEv>. Acesso em 12 ago. 2023

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

FRANCE DIPLOMACY. **France calls for the adoption of a New Global Financing Pact (22-23 June 2023)**. Paris, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/aipL> Acesso em 10 ago 2023

MANZUR, T. M. P. G. A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio. In **Lua Nova**. São Paulo: N° 93, p. 169-199, 2014.

MBEKI, Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University: The African Renaissance, South Africa and the World**. [S.l.], 9 Apr. 1998. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbeko409.htm>. Acesso em: 24 ago. 2012.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; OTAVIO, Anselmo. Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063. **Contexto Internacional**, v. 3, n. 2, p, 331-353, 2021.

OTAVIO, Anselmo. A dimensão do Atlântico Sul para Brasil e África do Sul (1415-2015). **Tese de Doutorado**. 2018, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS), 275f, 2018.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África**. Salvador: EDUFBA, 2011.

RAMAPHOSA, Cyril. **President Ramaphosa's remarks at Closing Ceremony of the New Global Financing Pact Summit in France**. YouTube, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bR36kuEzhz8>. Acesso em 11 ago. 2023.

REUTERS. **World has entered stage of "vaccine apartheid" – WHO head**. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/world-has-entered-stage-vaccine-apartheid-who-head-2021-05-17/> Acesso em 15 ago. 2022

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750- 2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

UOL. **Bolsonaro crítica Lula por ida a África e diz que países não oferecem nada**. São Paulo: 2023. Disponível em <https://shre.ink/cjPp> Acesso em 11 ago. 2023

VIEIRA. **Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores** – Brasília, 2 de janeiro de 2023. Brasília: 2023<sup>a</sup>. Disponível em: <https://shre.ink/aipe> Acesso em 03 ago 2023.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

VISENTINI, P.G. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964- 1985)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2<sup>a</sup> ed. 2011.

---

**Anselmo Otavio** · Professor Adjunto de Relações Internacionais da África e do Oriente Médio na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/UNIFESP) e Vice-coordenador do grupo de pesquisa e extensão GEOS: Geopolítica, Geoeconomia e Geocultura da EPPEN/UNIFESP. Junto a UNIFESP, também possui pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais do Sul Global (NEPRISUL), ao Núcleo de Estudos do BRICS (NEBRICS) e ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) todos pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail de contato: [otavio@unifesp.br](mailto:otavio@unifesp.br)